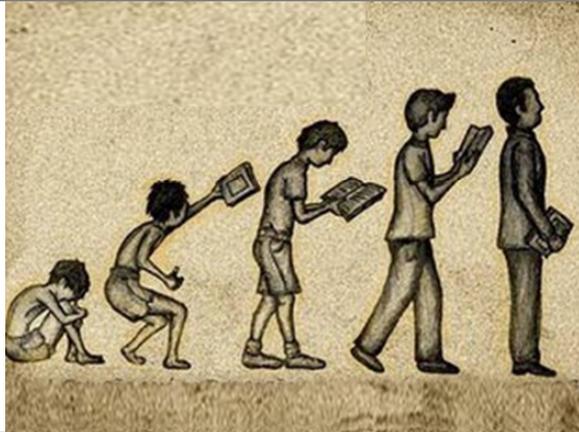

Socialização: Algumas Observações Materialistas*

Joelton Nascimento**



Em 1938, as autoridades de uma pequena cidade no interior da Pensilvânia entraram em uma casa na zona rural e lá se depararam com uma cena desoladora: uma criança com aparentes seis anos de idade estava no andar de cima, sozinha em um quarto. O que chamou a atenção das autoridades para a cena eram as condições em que Anna se encontrava¹.

Segundo o relato de uma das autoridades, Anna estava com roupas extremamente encardidas, com mãos, braços e pernas que pareciam ter apenas osso, o abdômen estava anormalmente inchado e o mais marcante: ela quase não se movia e não esboçava nenhum tipo de comunicação. Ficava a maior parte do tempo em uma cadeira reclinada, que era muito pequena para ela, embora fosse uma menina muito mirrada para sua idade.

Ao interrogarem a família de Anna descobriram que se tratava de uma filha ilegítima, fruto da relação de um homem casado com a filha do dono da casa. A mãe de Anna, que apresentava algum nível de distúrbio mental, mantinha a menina isolada no segundo andar da casa desde bebê pois seu pai não queria ver a criança, que já era o

* Agradeço aos pareceristas anônimos da Revista *Sociologia em Rede* pelas pertinentes considerações feitas à versão original deste artigo.

** Doutor em Sociologia (UNICAMP) e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT).

¹ Anna foi o nome dado a esta menina pelos estudiosos do caso, embora não fosse esse realmente seu nome.

segundo filho ilegítimo desta mulher, fato que aborrecia profundamente seu pai. Eles passavam o dia todo em seus afazeres na fazenda, e deixavam a menina só, trancada no quarto de cima quase que todo o tempo.

Em suma, ela foi apenas e tão-somente alimentada - e muito mal, por sinal - durante os seus seis anos de vida. Não teve atenção, quase não teve interação com a família, não teve comunicação com esta nem com o mundo. O resultado é que ela quase não se movia, não falava, sequer parecia se mostrar consciente da presença de outras pessoas ao seu redor. Era completamente apática, parecendo ter um distúrbio mental plenamente incapacitante. Após apenas três dias de acolhimento em um abrigo, Anna já começou a balbuciar algumas sílabas e a reconhecer a presença de outras pessoas. Ela infelizmente morreu quatro anos depois, em 1942, de icterícia hemorrágica. Ao morrer Anna já andava e pronunciava algumas poucas palavras.

A história de Anna é um raro caso de isolamento extremo e estes casos² são sempre lições às quais os sociólogos costumam prestar muita atenção. Eles são mostras, testemunhos, do papel que a interação social exerce na formação de indivíduos humanos. Quando nós privamos ao máximo - ou, ao menos, em grande medida - um indivíduo de interação com outros indivíduos de um grupo humano constituído, como a família de Anna o fez, o que resulta disso é uma criatura bastante enigmática.

Socialização e humanização

Enigmática, pois não se trata de um animal comum, que em geral nasce cheio de respostas instintivas a estímulos, como os cervídeos, que são capazes de perceber e fugir de um predador minutos depois de sair do ventre da mãe. Mas embora tenha tudo o que a espécie humana tem, do ponto de vista fisiológico, isto é, braços, pernas, cabeça, olhos, órgãos internos, etc., temos a impressão de que aquela criatura não é humana. Ela tem todo o equipamento necessário para ser um humano, mas não o é, e ao não sê-lo, fica mesmo abaixo no nível da animalidade: é frágil demais, carente demais, dependente demais para ter uma vida viável na natureza selvagem.

O interesse de sociólogos por casos como esse é que estes revelam ali, na evidência empírica, o que significa a *socialização*. É por isso que o sociólogo norte-americano Kingsley Davids publicou dois conhecidos artigos na *Revista Americana de*

² Poderíamos aqui lembrar também do “caso Genie”, ocorrido nos anos 70 e amplamente estudado, em especial por linguistas.

Sociologia (1940, 1947) sobre Anna.

Tristemente, é verdade, estes casos revelam o significado da socialização ao descrever como alguém fica quando é privado dela, quando ela está em falta. Como um experimento científico neste sentido é inconcebível - imagine privar um bebê de qualquer interação social somente para ver e descrever o resultado! - apenas quando comportamentos anormais, como o dessa família, são gerados espontaneamente no seio da vida social, é que a Sociologia, mas também outros domínios científicos interessados, em especial a Psicologia Social, podem estudá-los e tecer concepções e considerações a partir deles.

Quando uma criança nasce, como dizia a pensadora política germano-americana Hannah Arendt, há na verdade um duplo nascimento: a criança nasce para o mundo e um mundo nasce para a criança. Isso, em termos sociológicos, significa dizer que há um processo de *socialização*.

Algumas definições

Então, o que é a socialização? Começemos com a definição simples do sociólogo norte-americano Marion J. Levy Jr., para quem socialização é a “inculcação da estrutura da ação de uma sociedade em um indivíduo (ou um grupo)” (Levy Jr., 1952, p. 187, traduzi)³. Isto é, a socialização é o longo processo segundo o qual os indivíduos (ou os grupos) internalizam todos os aspectos estruturais segundo os quais as ações humanas ganham função e significado. Como sociólogo funcional-estruturalista, Levy Jr. está nos dizendo que aquilo que a sociedade tem de mais fundamental, e que toda sociedade humana tem, a saber, a estrutura funcional, é de algum modo, “transmitida” para os indivíduos e grupos que adentram essa sociedade.

Marie Jahoda, psicóloga social austro-inglesa diz-nos que a socialização se constitui de “processos pelos quais os seres humanos são induzidos a adotar os padrões de comportamento, normas, regras e valores do seu mundo social” (1996, p. 710). Jahoda nos ensina algo em sua definição que Levy Jr. só havia deixado implícito: que o mundo social que os indivíduos e grupos precisam absorver, ou melhor, internalizar, é formado por “padrões de comportamento, normas, regras e valores do seu mundo

³A definição de Levy Jr. é retomada no *Pequeno Dicionário de Sociologia* de Clóvis Pansani (2009, p. 131).

social”. Embora esteja correta, parece que a psicóloga social se concentra demais no caráter normativo da socialização, que naturalmente está presente, embora não seja a única dimensão constitutiva da socialização. Não seria tarefa fácil elencar todos os fatores e elementos que constituem a socialização em uma definição só, mas nos parece que se trata de um complexo de fatores que mereceria que apelássemos ao “etcétera” ao mencioná-lo.

A professora Amanda Coffey, da Universidade Cardiff de Ciências Sociais, nos traz outra definição, segundo a qual a “socialização é o processo de aprender a tornar-se membro de uma sociedade, por meio do qual nos tornamos seres sociais (...) ocorre mediante a interação com os outros e a participação nas rotinas diárias da vida cultural” (2009). Veremos mais à frente que a definição de Coffey parece confundir socialização com educação, o que não é correto.

Tentativa de definição materialista

Com isso podemos enunciar nossa definição de socialização. Para nós se trata de um *complexo articulado de elementos simbólicos e materiais socialmente requeridos para que um ou mais indivíduos possam adentrar a vida social de uma dada sociedade*. Mas uma definição é só um ponto de partida e nada mais, é apenas um primeiro passo. Vamos desenvolver aqui alguns pontos desta definição.

Em primeiro lugar, dizemos complexo também no sentido de que estes padrões de comportamento, normas, regras, particularidades, etc., que constituem a socialização de uma dada sociedade não são formadas jamais por um bloco coeso. Há sempre elementos de conflito e antagonismo, contrassenso e inconsistência.

Nalgumas sociedades, como as tribais, esses elementos se reduzem a um mínimo: há poucos elementos dissonantes, o que permite uma vivência social rígida, com pouca predisposição e pouco preparo para mudanças, fechada em si mesma. Tive certa vez uma conversa informal com um aluno de Sociologia, que vivera a maior parte de sua vida em uma sociedade Bororo, e ele me disse algo que, mesmo que ele disso não soubesse, era uma profunda constatação sociológica: ele me dizia que uma das principais características da vida na sociedade Bororo era o fato de que desde o nascimento já se sabia quase tudo o que era mais marcante sobre o destino de um dado indivíduo. Segundo ele, tudo estaria pré-determinado e não havia o que nós chamamos em nossa sociedade de “mobilidade social”. Mas eu deixo essa constatação para que os

antropólogos a discutam melhor.

Ao contrário das sociedades tribais, em sociedades complexas e ainda mais em sociedades hiper-complexas, como as que vivemos, há gritantes conflitos, antagonismos, inconsistências nas significações sociais, etc. Podemos concluir, assim, que uma socialização pode se dar em meio a mais ou menos conflitos e mais ou menos coesão e consenso.

Ao contrário da definição de Coffey, não confundimos socialização com educação. Ambas se entrecruzam sim, mas não são de modo algum sinônimos. A educação tem função socializadora, sem dúvida, mas a socialização é mais profunda, envolve uma gama enorme de saberes, mas também de ritos, mitos, valores e representações que são assimilados ou “inculcados” - como quer Levy Jr. - sem que os indivíduos e grupos envolvidos sequer se dêem conta disto. A educação envolve o conhecimento e o consciente, a socialização é mais ampla e mais basilar, envolve também a assimilação, “inculcação” e o inconsciente.

A diferença entre socialização e educação pode ser depreendida ainda na 3ª *Tese sobre Feuerbach* de Karl Marx. Lá Marx escreve o seguinte:

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado ([1845], 2000)

A educação, na qualidade de transmissão de cultura, transmite os saberes e as representações que correspondem a uma determinada circunstância social e material. Querer que esta transmissão de cultura que chamamos de educação modifique esta mesma circunstância social e material é como querer sair de um buraco puxando para cima os próprios cabelos. Apenas no nível profundo da socialização, onde a “educação do educador” é ela mesma posta em questão é que podemos encontrar aquilo que Marx denominava de práxis revolucionária, isto é, o nível da ação que é capaz de transformar as coordenadas das circunstâncias sociais e materiais da existência. Não é a educação que muda o mundo, diz-nos Marx aqui, mas nossa socialização transformadora-transformada que, a seguir, poderia ser substrato de uma educação renovada. E assim vemos como Marx discordaria do discurso da educação como salvação para todos os males que está tão em voga nos últimos anos.

Neste ponto, outrossim, há uma consonância entre a concepção marxiana e a concepção do sociólogo francês, Émile Durkheim a este respeito. Para Durkheim, a educação “consiste numa socialização metódica das novas gerações” (1978, p. 41), isto é, a educação é uma das dimensões da socialização, mas não sua totalidade. O exame da concepção durkheimiana de educação nos mostra que este pensava a educação como um meio possível para se encaminhar as necessidades de socialização dos educandos; de maneira alguma Durkheim equipara educação e socialização.

De qualquer modo, o que é fascinante e enigmático na socialização é que ela constitui uma espécie de “natureza” de segunda potência⁴. Isto é, temos a natureza, todos os processos biológicos e não-biológicos em sua interação complexa, que existe aí fora independente da ação dos homens. Que se lembre aqui de um curioso documentário exibido pelo *The History Channel*, chamado “O mundo sem ninguém” [*Life after people*]⁵, que mostra através de computação gráfica e opiniões de especialistas o que aconteceria com o nosso mundo caso todas as pessoas nele evaporassem de uma hora para outra. Os realizadores deste documentário devem ter lido o crítico e ensaísta alemão Walter Benjamin, pois ele é quem havia dissera que, para sabermos o que significa história é preciso que vejamos o que acontece com o mundo humano depois que a natureza reclama de volta todos os espaços que o mundo dos homens lhe tirou.

Mas voltemos ao nosso assunto. Temos a natureza, e em seguida temos o modo como os seres sociais recriam um mundo artificial que passa a ser também o seu *habitat*. Este mundo artificial aparece como uma realidade para os seres sociais de modo semelhante àquele que a natureza possui para os animais que vivem em seus *habitats* naturais. Quando Aristóteles afirmou que o homem é um animal social (1985, 1253a), querendo dizer com isso que a sociabilidade está em sua natureza ele acaba confundindo um pouco as coisas. Assim também acontece um pouco antes do trecho citado, quando ele escreve que a cidade-estado é uma forma “natural” de organização política. A cidade-estado *não é* uma forma natural de organização política para os homens do mesmo modo que o formigueiro ou a colméia é natural para as formigas e para as abelhas. O homem não é um animal social assim como as pombas são animais alados ou o sapo é um animal anfíbio. As cidades-estado são frutos de uma circunstância que

⁴Retornaremos a isso mais adiante.

⁵ Cf. <http://www.youtube.com/watch?v=2OGeva-HTcs>

envolve, ao mesmo tempo, deliberação e antagonismos sociais, e que, por conseguinte, poderiam ser diferentes do que eram. Aristóteles julgava as cidades-estado as formas acabadas e insuperáveis de organização política territorial; ele pensava que elas seriam a palavra final da humanidade sobre o assunto; hoje não existem mais cidades-estado como as da Antiguidade. Quase todos os territórios do planeta são organizados politicamente na forma de estado-nação com os quais Aristóteles sequer sonhava. A “natureza” de nossa sociabilidade não está em nossos genes, nos comportamentos de estímulo e resposta instintivos gravados em nosso código genético e transmitidos sexualmente para as futuras gerações. Nossa sociabilidade se dá em movimento, por intermédio das interações sociais em toda a sua contingência e artificialidade. O homem não é um “animal social”, como dizia Aristóteles, antes, é um animal que *também* é social.

Socialização e transformação social

Uma das questões mais importantes para as ciências sociais de fundamento materialista, quando se aborda o problema da socialização, é como tornar consciente tanto o aspecto estrutural e objetivo da socialização e, ao mesmo tempo, tornar visível e dar conta de seus aspectos históricos e contingentes.

Se a socialização, que, segundo a correta definição que lhe dá Berger e Luckmann é uma “ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (2013, p. 169), como é possível pensar na efemeridade, na contingência e no caráter transitório daquilo que, do ponto de vista da socialização, consiste em uma realidade objetiva, na qual deve o indivíduo ou os grupos sociais serem “introduzidos”? E isto remete à questão elementar do senso comum acerca da dificuldade de transformar uma realidade social à qual nos acostumamos, na qual nos reconhecemos e que constantemente reproduzimos em nosso cotidiano – muitas vezes sem mesmo disso nos darmos conta.

É com este problema que Nildo Viana se depara. Para ele:

A socialização é um processo no qual, por um lado, o indivíduo se torna um ser social e, por outro, se torna um indivíduo integrado em determinadas relações sociais. No primeiro caso, temos um elemento universal, isto é, o ser humano desenvolve a capacidade de conviver socialmente e a necessidade de sociabilidade. No outro caso, temos um elemento histórico particular, pois o indivíduo é preparado para aceitar e reproduzir determinadas relações sociais, que são as da

sociedade onde ele nasceu, não tendo nada de universal, sendo um produto histórico. O filho de um servo é socializado para ser um servo, mas a servidão é uma relação histórica, transitória, social, que não é universal. Independentemente disto, o filho de um servo se inicia no mundo das relações sociais e isto é universal (VIANA, 2006, p. 108).

O problema desta concepção é que ela faz uma separação absoluta no interior de uma realidade que aparece sempre fundida na vida social. Tornar-se um “ser social” e integrar-se em determinadas “relações sociais” é uma e mesma coisa. É nas relações e interações com os outros que nos tornamos seres sociais. Ainda não se inventou tecnologia ou artifício capaz de realizar o processo complexo de socialização prescindindo das relações e das interações com os outros. Assim, o aspecto “universal” da socialização, isto é, a introdução de um indivíduo ou de um grupo em um complexo articulado de elementos simbólicos e materiais socialmente requeridos – segundo nossa definição – não pode ser tão abruptamente diferenciado de sua dimensão “particular”, a saber, por exemplo, os primeiros dias e os primeiros anos da vida de uma camponesa chamada Catarina que viveu nas terras da Gasconha, no século X – para usar o mesmo exemplo dado por Nildo Viana.

Separar tão radicalmente a socialização em seu caráter genérico da socialização como integração em “determinadas relações sociais” é o resultado de um recurso equivocado às categorias de “universal” e de “particular” nesta tentativa de dar uma resposta ao problema da concepção materialista de socialização.

O que deve ser lembrado a este respeito é o modo dialético segundo o qual estas categorias precisam ser utilizadas, de acordo com um materialismo rigoroso. O universal não pode ser acessado sem o recurso a um particular. Por exemplo: eu posso dizer que várias espécies de animais, como gatos, leopardos, suricatos, onças, leões etc., se classificam sob uma categoria universal, de “felinos”. Isto significa, entre outras coisas, e rigorosamente falando, que eu não posso ter uma experiência com um “felino” como tal. Eu devo, necessariamente, me deparar com um gato, ou com um leopardo, ou com um suricato, ou com uma onça, etc, mas nunca com um “felino” sem mais. Por outro lado, um particular não pode ser acessado sem o recurso a um universal. Ora, o próprio termo “particular” só pode ser concebido como um universal, referindo-se ao universo de tudo o que é particular⁶. Desde Hegel, a unidade entre o universal e o

⁶Devemos nos lembrar, contudo, que Marx nos mostrou que esta dialética do universal e do particular é

particular é justamente um princípio de concreção.

A consequência desse equívoco é que Nildo Viana concluirá o seguinte:

O processo de socialização, quando ocorre de acordo com as necessidades radicais dos indivíduos, não é conflituoso e sim harmônico, mas isto depende das relações sociais concretas nas quais o indivíduo irá viver. Em sociedade fundadas na exploração e na dominação, a socialização será conflitual, pois negará as necessidades radicais dos seres humanos. Ela entra em conflito com a natureza humana. Devido ao conflito, esta socialização será repressiva e coercitiva. Será repressiva porque deverá impedir a manifestação de determinadas necessidades e será coercitiva porque irá incentivar comportamentos e ideias que não brotariam espontaneamente no indivíduo. As sociedades divididas em classes sociais, isto é, fundadas na exploração e dominação, realizam um processo de socialização repressiva e coercitiva (VIANA, 2006, p. 108).

Assim, para Nildo Viana há uma socialização ligada ao “universal”, que se conecta por conseguinte às necessidades de uma “natureza humana”⁷. Há, por outro lado, segundo ele, o caráter particular e determinado desta mesma socialização, que a torna repressiva, coercitiva, negativa. A contraposição de particular e universal, porém, é um modo ingênuo e não-dialético de se encaminhar a questão.

A grande dificuldade a este respeito é entender de que modo o que aqui chamo de “complexo articulado de elementos simbólicos e materiais socialmente requeridos para que um indivíduo ou grupo adentre uma dada sociedade”, isto é, a socialização, possa ser parte de nossa *comunidade*, no sentido daquilo que temos em comum e que nos liga para além de uma mera soma de indivíduos, e ao mesmo tempo ser aquilo que pretendemos *transformar* radicalmente. O enfrentamento desta dificuldade, todavia, é precisamente aquilo que separa a crítica social materialista da crítica moral, sendo esta última aquela que aponta para uma deturpação e uma corrupção dos valores vigentes como o fundamento para uma nova sociedade baseada em novos valores ideais que se julgam melhores que os vigentes.

Somos socializados, e isto significa que nos submetemos, ao mesmo tempo em que somos submetidos, ao complexo articulado de elementos simbólicos e materiais que constituem nossa sociedade. Dentre estes elementos encontramos as categorias

como que “curto-circuitada” com o advento do capitalismo. Este produziu um fenômeno social extremamente peculiar: um universal que se comporta, na vida social, como se fosse um particular, a saber, o dinheiro, que na condição essencial de referente universal das mercadorias, comporta-se também como objeto portador de valor em si e por si mesmo. O dinheiro, parafraseando Marx, é como um “felino” que, todavia, anda pelos bosques como se fosse ele próprio um particular.

⁷Dissemos acima que a sociabilidade é inexoravelmente uma “alteridade” em relação à animalidade, de modo que não pode a “natureza humana”, ou a humanidade enquanto animalidade, enquanto “natureza”, ser um *prius*, um princípio de possível compreensão do social.

formadoras próprias das sociedades produtoras de mercadorias, como o capital e o estado. Estes elementos e os seus corolários são constructos históricos e sociais, mas também são estruturadores e formadores dos processos de socialização de nossa sociedade. A relação entre as dimensões estruturantes e histórico-contingentes da socialização na contemporaneidade é mais complexa do que a relação entre o “universal” e o “particular”. Trata-se, em verdade, de uma série de elementos categoriais-sociais que são tomados como naturais, processo no qual a socialização é sistematicamente tomada como um prolongamento da natureza das coisas, processo este que Marx nomeou como “fetichismo” se referindo especialmente à forma mercadoria (MARX, 2007). O que marca a socialização das sociedades produtoras de mercadorias é que elas são construídas tendo por base relações de fetiche. Os homens permanecem presos a processos criados por eles mesmos em sua existência social, mas que aparecem para eles como se fossem naturais, próprias à natureza das coisas mesmas. Isto significa dizer que a sociabilidade – que eu chamei de natureza em “segunda potência” - insiste em permanecer dominada, tomada pelo caráter natural primário.

A concepção materialista de socialização quando corretamente abordada permite a ultrapassagem da dicotomia *subjetivismo* vs. *objetivismo*, que já teve muito espaço no debate marxista, quando se tratou de refletir a respeito da possibilidade de transformação qualitativa da sociedade produtora de mercadorias. Segundo esta (pseudo) antinomia, a transformação ou se dará através sobretudo da vontade e da luta dos agentes interessados, ou das condições sócio-econômicas objetivas independentes destes agentes, respectivamente. A socialização como complexo nos sugere a ida para além deste impasse, com o intuito de encontrar o cerne regressivo da socialização mediada pela mercadoria e pelo trabalho abstrato: as relações de fetiche.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de Anna na Pensilvânia, assim como os outros casos de isolamento extremo documentados pela sociologia, nos mostra que mesmo com todo o equipamento fisiológico apto à socialização, apenas com o demorado e trabalhoso processo de interação em vários níveis é possível participar desta realidade que construímos e partilhamos na vida social.

Ao longo do desenvolvimento contemporâneo das ciências sociais vemos diversas abordagens que buscaram explicar as características elementares desta

realidade social, desta nossa “natureza” em segunda potência; essa realidade que nos parece ser natural, mas que de fato é nossa criação na qualidade de seres sociais. E, além disso, as ciências sociais buscam explicar, compreender e criticar o modo como nós representamos a nós mesmos esta realidade social. Sim, porque tivemos ao longo da história diversos modos de definir e de apresentar o fato de que somos seres sociais; e existiram modos bastante distintos daqueles realizados pelo pensamento sociológico. Mesmo hoje as sociedades contemporâneas, como resultados dos processos intermitentes de socialização, são representadas de modos ideológicos, fruto das deliberações e, sobretudo, dos antagonismos sociais que rasgam e ao mesmo tempo tecem o tecido a que chamamos de sociedade. Isto é, percebemos que os laços, processos, ritos, valores, ideias, mediações, saberes etc., que constituem o que chamamos de socialização tiveram diferentes designações e significados ao longo da história.

Diferente da natureza tal e qual, a sociabilidade demanda reflexão, consenso e antagonismo até mesmo para ser definida: as ciências sociais precisam elaborar até mesmo o que é a realidade fundamental de seu estudo. Um esforço e uma dificuldade que as ciências sociais jamais poderão abandonar de todo.

A abordagem crítico-materialista deste problema tem a incumbência de pensar a socialização e, a partir dela, nas possibilidades concretas de superação qualitativa das sociedades produtoras de mercadorias como tais. Neste tarefa, o desafio é desvendar tanto a dimensão objetiva e estruturante da socialização bem como sua necessária dimensão histórica e contingente. Este desafio nos remete ainda ao verdadeiro sentido daquilo que o jovem Marx chamou, nas *Teses Sobre Feuerbach*, de “práxis revolucionária”: o único percurso possível para a emancipação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *A Política*. Brasília: Editora da UnB, 1985.

BERGER, Peter. L.; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

COFFEY, Amanda. Socialização. In: SCOTT, John. *Sociologia – Conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DAVIS, Kingsley. Extreme isolation of a child. *American Journal of Sociology*. vol. 45, nº 4, (jan. 1940).

DAVIS, Kingsley. Final note on a case of extreme isolation. *American Journal of Sociology*. Vol. 52, n. 5, (mai. 1947).

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 12ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

JAHODA, Marie. Socialização. In: OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

L

EVY Jr., Marion J. *The Structure of Society*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1952.

MARX, Karl. *El Capital – Crítica de la Economía Política*. Madrid: Akal, 2007.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acessado em 03/01/2014. 2000.

PANSANI, Clóvis. *Pequeno Dicionário de Sociologia*. Campinas: Editores Associados, 2009.

VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.